

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O transporte marítimo de passageiros assume uma importância estratégica crescente no desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e na promoção da coesão social e territorial das várias ilhas.

Esta importância ganha relevância acrescida nas ligações entre as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge que cada vez mais se afirmam como uma realidade económica triangular, em termos turísticos, comerciais e sociais.

O transporte marítimo de passageiros nestas ilhas e em particular entre o Faial e o Pico, perfazendo mais de 2100 viagens por ano, é de uma importância vital para as populações residentes nestas duas ilhas e sempre se pautou, há dezenas de anos, por rigorosas condições de regularidade, fiabilidade e segurança.

Infelizmente nos últimos anos têm ocorrido alguns incidentes e acidentes, o mais recente com o navio Mestre Simão que encalhou à entrada do porto da Madalena e o mais grave em novembro de 2014, no porto de S. Roque do Pico, com o arranque de um de um cabeço de amarração que vitimou mortalmente um passageiro.

Várias foram as entidades chamadas a investigar e a avaliar as causas deste acidente no porto de S Roque do Pico, entre elas o Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos (GPIAM) que produziu um conjunto de recomendações à empresa pública que opera os navios inter- ilhas.

Considerando que o Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos tem por missão investigar os acidentes e incidentes marítimos, com o objetivo de identificar as causas, elaborar e divulgar os correspondentes relatórios, promover estudos, formular recomendações em matéria de segurança marítima;

Considerando que no decorrer dos trabalhos da Comissão de Inquérito, constituída no âmbito da

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para averiguar o mencionado acidente o Diretor do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos declarou que o gabinete não acompanhava a implementação das suas recomendações por falta de meios, sobretudo, humanos;

Considerando que desde a saída de Portugal do Procedimento de Défice Excessivo não há razões que justifiquem falta de meios, em particular em organismos com esta responsabilidade do GPIAM;

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os deputados subscritores, do Grupo Parlamentar do PSD, requerem ao Sr. Primeiro Ministro e à Sra. Ministra do Mar, através do Sr. Presidente da Assembleia da República que nos sejam remetidos os seguintes elementos:

1. Todos os relatórios elaborados nos últimos 5 anos sobre ações de investigação e fiscalização levados a cabo em Portos dos Açores.
2. Relatórios sobre o acompanhamento da implementação das recomendações emitidas nos relatórios referenciados no número anterior.
3. Informações sobre se houve ou não reforço de meios humanos e materiais nos últimos anos.

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2018

Deputado(a)s

BERTA CABRAL(PSD)
ANTÓNIO VENTURA(PSD)
ÁLVARO BATISTA(PSD)
JOSÉ SILVANO(PSD)
FÁTIMA RAMOS(PSD)
ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)
SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)
MARGARIDA MANO(PSD)